



TEMAS TRANSVERSAIS SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO EM ESCOLAS: A PERSPECTIVA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA

João Gabriel PARIZ¹
Daniela Emilena SANTIAGO²

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa partiu do propósito de identificar e considerar a perspectiva de professores e gestores do ensino fundamental público sobre a discussão de gênero e sexualidade em escolas. Com tal intento realizamos entrevistas com quatro educadores, sendo dois professores e dois coordenadores pedagógicos, profissionais concursados e atuantes na rede pública de um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. Observamos que o assunto é raramente tratado nessas escolas, que se resume às aulas de biologia e de quando surge alguma situação que necessite de intervenção. Pudemos concluir também que tais questões são trabalhadas de forma vertical, onde o professor monopoliza todo o discurso, não dando espaço para as dúvidas dos estudantes, evitando a contextualização social e cultural dos temas em pauta, resultando em um descompasso entre o que é idealizado pelos PCNs e o que é executado no cotidiano das práticas pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Gênero. Educação.

ABSTRACT

The objective of this research starts from the purpose of identifying and considering what is the perspective of public elementary school teachers and managers on the discussion of gender and sexuality in schools. To this end, we conducted interviews with four educators, two of whom are teachers and two pedagogical coordinators, who are publicly trained and work in the public sector of a medium-sized municipality in the interior of the state of São Paulo. We note that the subject is rarely dealt with in these schools, which comes down to biology classes and when a situation arises that needs intervention. We were also able to conclude that such questions are worked in a vertical way, where the teacher monopolizes the entire discourse, leaving no room for the students' doubts, avoiding the social and cultural contextualization of the topics at hand, resulting in a mismatch between what is idealized by the students. PCNs and what is performed in the daily practice of teaching.

Keywords: Sexuality. Genre. Education.

1 INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996 indicam a necessidade de abordagem de temas diversificados nos espaços educacionais. O documento em questão aponta para a necessidade de inserção de variados temas não inseridos no currículo mínimo de forma a

¹ João Gabriel Pariz é Graduado em Psicologia pela Unip, campus Assis-SP e pós-graduado em Gestão de Políticas Sociais e Trabalho com Famílias na Unip, campus Assis-SP. E-mail: jg_pariz@hotmail.com.

² Daniela Emilena Santiago é Assistente Social, Mestre em Psicologia, Mestre em História ambos pela Unesp de Assis-SP e Doutoranda em História pela Unesp de Assis-SP. E-mail: santiago.dani@yahoo.com.br.

potencializar as construção de valores de cidadania e também visando viabilizar a reflexão dos alunos em torno de questões ligadas às vivências e convivências. A questão da Sexualidade, assim como a abordagem de temas afeto ao Gênero são indicadas pelo documento como temas possíveis de abordagem (MEC, 1996).

Dessa maneira foi somente a partir de meados de 2018 que a discussão de Sexualidade e Gênero apresentou grande conotação social em relação das eleições presidenciais. É notório que o candidato e hoje presidente eleito Jair Bolsonaro foi um dos propaladores de que a escola estaria sendo orientada para incutir questões de sexualidade e gênero junto aos alunos. O grande lema dessa argumentação foi o “Kit Gay” defendido por políticos ligados à chamada do então presidente. No entanto, de forma bastante enviesada e distante do argumento proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais a discussão em questão ganhou a sociedade.

O tema em pauta chamou a atenção dos autores que passaram a investigar as questões relacionadas à Sexualidade e Gênero e sua relação com o sistema educacional brasileiro. O interesse pela discussão em pauta nos indicou a possibilidade de realização de uma pesquisa de campo, por meio de abordagens de dois atores basais no sistema educacional, a saber: o professor e o coordenador pedagógico. O recorte de sujeitos a serem entrevistados adveio dos estudos que realizamos e segundo os quais observamos que as questões de Gênero e Sexualidade devem ser idealizadas por coordenadores que planejam os temas transversais e executadas pelos professores que estão presentes no cotidiano dos espaços. Afinal de contas o que os atores do processo pedagógico e o meio em que estão inseridos no cotidiano das práticas pedagógicas nos dizem a respeito da abordagem de tais conceitos?

Nesse trabalho apresentamos as considerações desses profissionais participantes da pesquisa. Optamos por excluir dados que permitam a identificação dos sujeitos participantes da pesquisa, assim como do município em que a mesma foi realizada. A pesquisa, antes de ser executada, foi submetida para a apreciação do Comitê de Ética de Pesquisa da Unip, tendo sido aprovada. Os dados que foram identificados por meio dessa abordagem serão apresentados no último item do artigo. Cabe informar por conseguinte que o texto é iniciado com as discussões que nos permitem compreender a questão de Sexualidade e a Questão de Gênero e na sequência a análise da entrevista realizada.

2 MÉTODO

Consideramos que esse estudo é uma abordagem assentada na metodologia denominada por Triviños (1987) como descritiva. De acordo com o autor tais abordagens para a produção de conhecimento estão presentes em pesquisas realizadas no espaço educacional. O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, as reformas curriculares, os métodos de ensino, os problemas do adolescente, entre outras questões. Como, nosso intento foi o de conhecer a perspectiva de professores e coordenadores sobre as questões de gênero e sexualidade, consideramos que também nos encaixamos na definição supra.

Ainda com base na delimitação do autor é possível concluir que além de uma pesquisa descritiva, que nos permite conhecer a prática pedagógica e sua representação em relação à gênero e sexualidade, a nosso ver, a pesquisa também está estruturada de forma qualitativa, ou seja, o resultado da produção e sua forma de pesquisar não está assentada na manipulação de números, de percentuais, mas sim considerando-se os sentidos, significados que são atribuídos por profissionais da educação à temas tão presentes em nosso cotidiano e relacionados a questão de gênero e sexualidade.

Este estudo foi realizado na rede pública do município de Assis, que se localiza a oeste da capital do Estado de São Paulo e que abriga uma população total de cerca de 102.268 habitantes (estimativa IBGE/2016), em seus pouco mais de 462 km². O município conta com trinta escolas municipais e quinze estaduais. O estudo em questão irá analisar dados do sexto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado com questões previamente elaboradas. Nos respaldamos nas seguintes questões: Qual a importância em se discutir gênero e sexualidade com crianças e adolescentes? Qual o papel do educador frente à expressão da sexualidade dos estudantes no contexto escolar? O educador possui autonomia para responder perguntas com temas referentes a educação sexual? A manifestação da sexualidade influencia na aprendizagem do estudante? A escola aborda temas relacionados à educação sexual? Se sim, como tais temas são abordados, quais os métodos utilizados e os resultados obtidos? Quais as maiores dificuldades do educador ao lidar com questões da

sexualidade? Quais temas referentes à sexualidade e gênero que, em sua opinião, devem frequentar a agenda de discussões?

As informações colhidas foram analisadas com métodos qualitativo e descritivo, explorando o conhecimento de professores e gestores assim como a perspectiva, valores e crenças que possuem a respeito de trabalhar assuntos de sexualidade e gênero. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo três com professores da rede e uma coordenadora. No entanto, a pesquisa só foi realizada após ter sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIP.

A análise foi construída considerando-se os seguintes aspectos: conhecimento dos entrevistados a respeito da possibilidade de abordagem de temas relacionados à questão de gênero e sexualidade na escola; como a escola tem desempenhado seu papel social na prevenção da ocorrência de situações ligadas à sexualidade ou ao gênero e que poderão trazer prejuízos aos alunos, como o bullying, e em que medida a abordagem desses conceitos na escola pode influenciar no desenvolvimento infantil e colaborar com sua aprendizagem e inserção social.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 Gênero e Sexualidade

Entender a sexualidade e sua expressão nos diversos espaços do dia a dia bem como na escola, requer a compreensão da forma com que a sociedade, nos diversos contextos, foi se relacionando com a sexualidade. Assim, cabe destacar que até o século XVII não existia pudor algum em expor questões sexuais, até pelo contrário, tinha-se com esses temas uma tolerante familiaridade. Gestos diretos, discursos sem vergonha, anatomias facilmente misturadas, crianças astutas vagando entre os risos e corpos dos adultos eram aceitos socialmente (FOUCAULT, 2015).

Com o passar do tempo, a sexualidade livre se encerra. Associada ao pecado, torna-se moralizada e regulada pela burguesia, e levada para o ambiente particular de cada subjetividade. A família conjugal a confisca e lhe destina à função de reprodução. É negada e reduzida, fosse por meio de atos ou de palavras, e se tornou alvo de uma sucessiva repressão.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar da sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde corpos, a decência das palavras limpa os

discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: recebera este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 2015, p. 8).

A partir do século XIX as instituições passam a exercer o controle dos corpos por meio de um exercício de poder, exercício, até mesmo nas casas de saúde. As casas de saúde eram destinadas a se discutir as sexualidades ilegítimas de alguns segmentos específicos como: as prostitutas, o cliente, o psiquiatra e sua histeria. Freud, em seu mais seguro e secreto divã, explica-nos que a liberdade em discutir a sexualidade decorreria de uma transgressão de leis, incursão da palavra, uma restituição do prazer ao real. Os primeiros demógrafos e psicanalistas do século XIX acreditavam que deveriam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores em assuntos tão baixos e fúteis. (FOUCAULT, 2015).

Essa repressão coincide também com o desenvolvimento do capitalismo. O sexo é reprimido e os corpos são controlados com tanto rigor em uma época em que se explora sistematicamente a força do trabalho, que poderíamos fazer uma analogia ao clássico literário de George Orwell: “1984”, onde o sexo era exceção para reprodução e controlado por um partido político, em que dois de seus personagens, Winston e Julia, desafiavam as leis e a ética do partido para encontros onde mantinham relações sexuais clandestinas. “A união dos dois fora uma batalha; um gozo, uma vitória. Era um golpe assentado contra o partido. Um ato político” (ORWELL, 2009, p. 28).

Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a colocação do sexo em discurso (FOUCAULT, 2015, p.16).

A partir da década de 1960, com o advento das técnicas de planejamento familiar e, em especial, com a descoberta da pílula anticoncepcional, a sexualidade passou a ser encarada com outros olhos, pois já era possível evitar a gravidez sem deixar de praticar sexo. Estava aberta a porta para uma reviravolta nos costumes desse campo. Algumas pessoas se referem a essas mudanças como revolução sexual. Outras defendem que não foi bem uma revolução, pois as assimetrias de gênero, a dominação masculina e a classificação da mulher como submissa ao homem ainda se mantêm (BRASIL, 2004).

De fato, existem diversos tabus associados a sexo e sexualidade e que afetam o comportamento humano, e que devem ser discutidos sob uma ótica que quebre paradigmas. A sexualidade se faz presente em todo desenvolvimento do ser e vai além do sexo propriamente

dito, manifesta-se do nascimento até o momento da morte. A sexualidade está ligada à questão de identidade do sujeito, de como se constrói e existe no mundo tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade. Ela não está dada ou acabada num determinado momento.

Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja ‘assentada’ ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2003, p. 27).

É nesse contexto que a pesquisa se impõe: em ambientes como as escolas. Ao se analisar a sociedade brasileira, pode-se verificar que houve gradativa disseminação de conteúdos de teor sexual na televisão, na internet, a “fábrica” de sexo da pornografia, com elementos indiscutíveis que acabam alterando concepções mais convencionais (JUNIOR, 2011).

Em suma, é observado como as crianças e adolescentes estão expostos a conteúdos que em muitas vezes não são capazes de lidar por falta de informações e que são de grande importância para o desenvolvimento subjetivo, uma vez que acarretam dúvidas sobre a sua origem e formação.

Os discursos morais, higienistas e religiosos ainda regulam, normalizam, instauram saberes, produzem "verdades" sobre a sexualidade e gênero, além de reduzirem os papéis femininos e masculinos, criam padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar, o que reforça hierarquias (LOURO, 2003). As escolas são uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade; através de tecnologias do sexo, os corpos dos estudantes podem ser controlados, administrados (LOURO, 1999 *apud* ALTMANN, 2001). Visando aprofundar nossa discussão, no item subsequente apresentamos os resultados obtidos por meio dessa pesquisa.

3. 2 A fala dos professores sobre gênero e sexualidade

A estudo individual das questões nos permite compreender melhor os resultados da pesquisa. A primeira questão dizia o seguinte: “Em sua opinião, qual a importância em se discutir gênero e sexualidade com crianças e adolescentes?” Foram obtidas as seguintes respostas:

Acredito ser de fundamental importância. No entanto, há que se ter bastante cuidado, preparo, acolhimento para não se deparar com o inesperado e promover simplificações e generalizações. Sobretudo, o profissional deve estar apto e apresentar perfil para tanto. (R.A.R.R. – Coordenadora)

Acho essencial a discussão destes assuntos, pois eles chegam à escola cheios de concepções equivocadas já que, em grande parte, não são feitas essas discussões em suas casas. (E.S.C. – Professora)

A importância de se fazer esse tipo de discussão, é de orientar os adolescentes, de acordo com suas dúvidas e também trabalhar as questões sobre discriminação e respeito ao próximo. (D. – Professora)

Basicamente porque quanto mais conhecemos sobre determinado assunto, mais podemos compreendê-lo. Entender a própria sexualidade é de suma importância para o desenvolvimento de indivíduos saudáveis, tanto fisicamente quanto psicologicamente. (V.S. – Professora)

Percebe-se que as educadoras acreditam que seja de fundamental importância trabalhar esses temas com adolescentes, mas cada uma aponta um caminho ou situação diferentes. No relato da Coordenadora R.A.R.R., pode-se perceber um discurso moderado, que acredita que simplificando e generalizando as questões pertencentes à sexualidade seja o melhor caminho.

Na resposta da professora E.S.C. consegue-se observar que em muitas famílias há dificuldade em trabalhar esses assuntos, em muitos casos por constrangimentos ou por negarem que a sexualidade exista em crianças e adolescentes silenciando-se. Nessa situação, sobra ao educador o papel de mediar as dúvidas ou situações onde a sexualidade se manifesta no ambiente escolar. A professora D. discorreu que incluído a orientação sexual, pode se trabalhar questões de discriminação e respeito ao próximo. Trabalhar com tais temas também é exercer a prática da cidadania, do respeito a todo tipo de diferença, o que é dever de todo cidadão que ocupa um território.

V. S., aponta como a apropriação de um assunto auxilia a compreensão e entendimento do mesmo. Nesse sentido, pode-se pensar em estratégias pedagógicas que tratam os temas referentes à sexualidade de maneira sensível, falando sobre os vínculos, relações e afetos, buscando que o estudante tenha interesse em elaborar suas dúvidas e sensações que tomam conta de sua vivência, tornando-a mais saudável.

Kupermann, apresenta uma situação bastante significativa para entendermos a importância de discutir sexualidade com adolescentes:

A orientação sexual tem, obviamente, a função de romper o véu de hipocrisia e de silêncio imposto culturalmente às questões vinculadas à sexualidade. Seu objetivo maior, no entanto, é favorecer o desenvolvimento pleno do potencial humano dos alunos do ensino fundamental, impedindo que a culpa referente às questões provocadas pela sua sexualidade transforme-se em desconfiança do próximo e medo

da vida, inibindo, conseqüentemente, sua curiosidade, sua iniciativa e sua ousadia transformadora. A orientação sexual não está assim restrita ao que seria “vida sexual” de cada um, mas referida à própria construção de cidadania, ou seja, ao desenvolvimento e aquisição da capacidade plena do exercício do amor e do trabalho criativo (KUPERMANN, 2008. p. 241)

A segunda questão dizia o seguinte: “Qual o papel do educador frente à expressão da sexualidade dos estudantes no contexto escolar?”. Foram obtidas as seguintes respostas:

O profissional (educador) deve ser receptivo diante das expressões que, por ventura, possam destoar do que ‘normalmente’ é verificado. Deve tratar com naturalidade e respeito”. (R.A.R.R. – Coordenadora)

Acredito que o papel seja de orientação e conscientização dos estudantes para que não ocorram conseqüências por falta de conhecimento (gravidez e/ou DST’s, por exemplo)”. (E.S.C – Professora)

O educador deve ser, em primeiro lugar, um estudioso dos padrões da sociedade atual”. (D. – Professora)

Ao educador cabe compreender e, na medida do possível, orientar os estudantes”. (V.S. – Professora)

Nessa questão observa-se um padrão de respostas. As entrevistadas avaliaram o papel do educador como sujeito atuante nas dinâmicas referentes à sexualidade no contexto escolar. R.A.R.R. citou que o educador deve ser receptivo com questões que divergem do que é considerado normal, agindo com naturalidade e respeito. Pode-se analisar que o educador está em uma condição em que não deva tornar alguma questão maior do que ela realmente é, buscando agir de forma racional e equilibrada, para que as expressões transcorram de maneira natural. V.S. e E.S.C. entendem que o papel do educador é de orientar e compreender os estudantes. Já D. relatou que o educador tem a responsabilidade de estudar os padrões da sociedade atual.

Entende-se que o professor, ao se envolver nas situações do cotidiano da comunidade escolar, conseguiria expandir a sua compreensão dos dilemas que ocorrem na instituição. O professor deve usar seu poder de sedução para tornar o assunto da aula atrativo, mas, em alguns casos, o professor se vê impedido, ele mesmo, de se expressar livremente em seu próprio ofício, distanciando-se efetivamente de seus alunos (KUPERMANN, 2008).

A terceira questão dizia o seguinte: “O educador possui autonomia para responder perguntas com temas referentes à educação sexual?. As entrevistadas responderam conforme segue:

Nem todos. Muitas questões ainda são desconhecidas ou desconsideradas. Defendo que sejam feitos estudos, leituras, discussão para ampliação da visão dos conceitos, etc.”. (R.A.R.R. – Coordenadora)

Geralmente sim. Temos liberdade na escola para responder as perguntas, mas já aconteceu de os responsáveis não autorizarem o aluno a participar das aulas e/ou projetos que trabalharam esse tema”. (E.S.C. – Professora)

Sim, na escola qual trabalho, tenho essa autonomia.” (D. – Professora)

Sim, porém sempre que algum projeto dessa natureza é proposto, é necessário a autorização dos pais”. (V.S. – Professora)

R.A.R.R. entende que nem todos educadores possuem autonomia para trabalhar com os assuntos referentes à sexualidade na adolescência por não compreenderem os aspectos biopsicossociais da sexualidade, não dando a devida atenção às demandas dos estudantes. Desta forma, sugere que educadores façam estudos para ampliar conceitos, o que pode gerar maior repertório de ações e, conseqüentemente, métodos de maior eficiência.

E.S.C, D., e V.S. apontam possuir autonomia, mas pontuam a necessidade de os pais autorizarem os estudantes a participarem de projetos que trabalham o tema, já que alguns responsáveis não compreendem sua complexidade e também esbarram em questões morais e religiosas.

Projetos que possuem referencial teórico buscam desmistificar narrativas. Kupermann (2008), propõe que o humor é capaz de ser um bom instrumento para a abordagem das problemáticas levantadas. Uma vez bem utilizado pelo educador, poderá carregar um pouco de leveza a temas vivenciados pelos adolescentes, em muitos casos com extrema opressão, além de auxiliar a diminuir as barreiras sociais existentes entre o universo adulto e o juvenil. O autor alerta para que esse humor não seja confundido com a ironia desrespeitosa ou frivolidade frente ao que é importante para o outro.

A quarta questão dizia o seguinte: “Em sua opinião, a manifestação da sexualidade influencia na aprendizagem do estudante?”, ao que as entrevistadas destacaram:

Acredito que não. As experiências que já vivenciei foram boas, ou seja, não houve dentro do contexto escolar nenhum impedimento ou dificuldade”. (R.A.R.R. – Coordenadora)

Com certeza! É perceptível quando os hormônios afloram, percebemos que os alunos ficam mais agitados e distraídos. Competir com esses pensamentos é mais um dos desafios do professor”. (E.S.C. – Professora)

Se o estudante é bem resolvido quanto a sua sexualidade, não atrapalha sua aprendizagem. Agora se o estudante tem problemas, reflete diretamente na sala de aula”. (D. – Professora)

Acredito que sim, pois se o mesmo se encontra confuso e não encontra apoio ou não tem com quem falar a respeito, é bem provável que a situação comprometa sim a sua aprendizagem”. (V.S. – Professora)

Analisando as respostas pode-se perceber diferentes pontos de vista dos educadores ao serem questionados sobre o fato de acreditarem que a sexualidade influencia na aprendizagem do estudante para os conteúdos regulares. R.A.R.R. acredita que não, considerando sua vivência no contexto escolar, disse não ter observado nenhum impedimento ou dificuldade causado pela manifestação da sexualidade. Já V.S e E.S.C, consideram que sim, apontando diferentes situações. E.S.C. também considera que sim e cita a fase da puberdade, onde ocorrem mudanças hormonais e o desenvolvimento das características sexuais secundárias, além da aceleração do crescimento, levando ao início das funções reprodutivas - relata que os estudantes ficam mais agitados e distraídos e aponta como competir com esse período é um dos desafios do professor. V.S menciona como a falta de escuta e apoio ao adolescente que se encontra confuso ou sem acesso à informação pode comprometer sua aprendizagem.

Jesus (2017) cita definições de sexualidades e como ela pode se manifestar de diversas formas:

A sexualidade é uma energia que motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ser-se sexual (OMS, 1990). A sexualidade ultrapassa os aspectos biológicos e reprodutivos. Ela é parte integrante da personalidade e envolve todo o comportamento do indivíduo e expressa-se numa diversidade grande de manifestações (SANTOS, 2001). “A sexualidade se manifesta, então, a todo o momento, em todo e qualquer espaço em que o sujeito, meninos e meninas, homens e mulheres, está inserido (OP. CIT., p. 190)

D. indica que o fato do estudante ser bem resolvido com suas questões sexuais não atrapalha sua aprendizagem. Entretanto, se houver algum problema, reflete diretamente na sala de aula. Nessa situação podemos pensar que, em muitos casos, as problemáticas são imperceptíveis ou simplesmente reprimidas. É competência dos educadores observar como o comportamento do estudante pode estar ocultando situações traumáticas, como o abuso sexual.

Dados de uma pesquisa feita pelo Ministério da saúde apontam que 69,2% dos abusos sexuais cometidos com crianças e 58,2% cometidos com adolescentes ocorrem na residência da vítima, e cerca de 38% dos casos o agressor possui vínculo familiar. Negros e mulheres são maioria entre as vítimas. Tanto entre adolescentes quanto crianças, as vítimas negras tiveram a maior parte das notificações (55,5% e 45,5%, respectivamente). Segundo o Ministério, o resultado pode apontar para vulnerabilidades destes grupos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Nessa perspectiva, é preciso que a escola, enquanto instituição educacional, reconheça que a educação sexual emancipatória não se restringe ao mero aprendizado dos aspectos

anatômicos e biológico do corpo humano. Compreende-se que a abordagem da sexualidade em sala de aula extrapola a visão biológica e a descrição fragmentada e fria do corpo. Discutir essa temática significa possibilitar discussões de emoções e valores ligadas a ela (GONÇALVES, 2013).

A quinta questão dizia o seguinte: “A escola aborda temas relacionados à educação sexual? Se sim, como tais temas são abordados, quais os métodos utilizados e os resultados obtidos?” e as entrevistadas destacaram que:

Ultimamente temos trabalhado com projetos específicos encaminhados pela secretaria de Estado. São oficinas preparadas por especialistas e desenvolvidas por professores que passaram por orientação técnica. Os resultados que são considerados bons pela equipe são observados pela pertinência das ações, do envolvimento dos alunos, pela interação”. (R.A.R.R. - Coordenadora)

Sim. Dentro da disciplina de ciências, no conteúdo curricular e com projetos anuais orientados pela diretoria de ensino. O método consiste em explicações, debates e atividades de simulação de situações que podem ocorrer com os jovens. Os resultados têm sido satisfatórios, com redução do número de alunas gestantes, considerando toda a diretoria de ensino”. (E.S.C. – Professora)

Sim, através de oficinas sobre sexualidade, puberdade, transformações físicas e psicológicas. Através de aulas teóricas sobre corpo humano, DST's, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos”. (D. – Professora)

Sim, porém não saberia dizer qual a abordagem. Mas sei que existe um projeto que trata do sonho (projeto de vida) e sei que as professoras fazem aulas expositivas, demonstrações, palestras, entre outros”. (V.S. – Professora)

As entrevistas foram realizadas em duas escolas, e pode-se observar que ambas possuem um espaço para trabalho do tema. Entretanto, observa-se que as atividades são sempre trabalhadas de forma vertical, onde o professor monopoliza todo o discurso, não disponibilizando um espaço para as dúvidas dos estudantes, além de ser priorizado mais os aspectos biológicos da sexualidade.

A abordagem da sexualidade nas escolas não passa de uma visão reducionista do corpo desvinculada da realidade do aluno. De acordo com os autores, a educação sexual, quando abordada nas escolas, na maioria das vezes, se reduz a uma perspectiva higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção; e ao mero aprendizado biológico e anatômico do corpo reforçando a ideia da sexualidade ligada à reprodução. (GONÇALVES, 2013, p.259 *apud* MAISTRO, 2009, p.78)

Louro (1997) identifica que pelos livros e materiais didáticos disponíveis no mercado, pelas indagações de professoras e professores, pelas reportagens e programas da mídia, essa ainda é uma área onde todos (as) se movimentam com extrema cautela e com muitos receios, onde a regra é buscar refúgio no "científico" (que é traduzido, neste caso, por um estreito biologismo), evitando a contextualização social e cultural das questões.

É fundamental pensar-se em práticas que considerem por completo as questões referentes à sexualidade, levando em conta também os aspectos emocionais e sociais do indivíduo, e também promover e planejar ações que ocorram no decorrer de todo o ano letivo. Nessa dinâmica, deve se ter como objetivo um processo de ação e reflexão, buscando estratégias em que os estudantes possam sugerir os temas a serem discutidos, usar situações problemas, partindo do cotidiano e de seus interesses, sem reprimir ou sentenciar.

As atividades em grupos, organizadas de maneira prazerosa e com a participação dos adolescentes discutindo de forma ativa, com questionamentos e troca de informações, de forma respeitosa, livre e enriquecedora, são uma das alternativas que se tem para trabalhar de forma emancipatória a educação sexual (GONÇALVES, 2013).

A sexta questão dizia o seguinte: “Quais as maiores dificuldades do educador ao lidar com questões de sexualidade?”, da qual foram obtidas as seguintes respostas:

Penso que é estar ‘atualizado’. As questões contemporâneas, as necessidades dos adolescentes são complexas e se inovam. Saber entender, mediar discussões e promover ou despertar a consciência”. (R.A.R.R. – Coordenadora)

Desconstruir algumas crenças que os estudantes trazem de casa. Obter o apoio de todos os responsáveis. Não me sentir constrangida com as dúvidas ‘cabeludas’ que surgem. (E.S.C. – Professora)

A minha maior dificuldade seria como abordar casos de abuso sexual e orientação sexual. (D. – Professora)

Muitas pessoas não se sentem seguras para tratar desse tema pois não consideram ter conhecimento suficiente sobre o mesmo e também por questões religiosas. (V.S. – Professora)

As educadoras trouxeram um conjunto de situações complexas, que exigem um preparo específico para uma abordagem apropriada. Entre as dificuldades citadas, estar atualizado com as questões contemporâneas, entender e mediar discussões, trabalhar com alunos que sofreram abuso sexual, constrangimento com dúvidas específicas, foram as apontadas.

É necessário reconhecer que primeiramente, tratar da sexualidade na escola requer uma reeducação dos profissionais da educação que estão em contato direto com os adolescentes, essa reeducação deve buscar, por meio de fundamentação teórica e científica, discutir e debater a sexualidade humana numa dimensão histórica, antropológica, filosófica, biológica, psicológica e pedagógica, a fim de compreender e ter um relacionamento que possa colaborar com o seu desenvolvimento. Portanto, se faz necessário que se invista na formação dos docentes para que os mesmos possam lidar de maneira coerente com as dúvidas e problemas que surgem durante o processo de ensino-aprendizagem. (GONÇALVES, 2013. p. 259 *apud* GAGLIOTTO & LEMBECK, 2011,p.29)

A intervenção da família e da religião nas disposições escolares, na maior parte das vezes, são representadas por grupos mais tradicionais ou conservadores que se fazem “falar

mais alto”, acompanhadas de outras vozes sociais: da mídia, das religiões, do parlamento (LOURO, 1997). O educador, mesmo que tenha interesse em realizar um trabalho emancipador, esbarra em questões morais e reguladoras.

Alguns familiares reconhecem a importância de se trabalhar esses temas, mas acabam esbarrando com a dificuldade em se falar abertamente sobre esse assunto em casa. Apesar das dificuldades e impedimentos, Kupermann (2008), aponta um atributo que o professor pode desenvolver: a capacidade de escuta, buscando entender o que inquieta e aflige seus alunos, a tolerância para com a diferença em relação às vivências e aos ideais sexuais de cada um e o respeito ao próximo.

A sétima questão dizia o seguinte: “Assinale abaixo os temas referentes à sexualidade e gênero que, em sua opinião, devem frequentar a agenda de discussões?”. Foram obtidas as seguintes respostas particularizadas pelas educadoras:

Iniciação sexual; Gravidez precoce; Abuso sexual. (R.A.R.R. – Coordenadora)
Masturbação; Pornografia; Iniciação sexual; Puberdade e transformações corporais; Prostituição; Gravidez precoce; Orientação sexual; Abuso sexual; Outros – DST’s. (E.S.C. – Professora)
Masturbação; Pornografia; Iniciação sexual; Puberdade e transformações corporais; Prostituição; Gravidez precoce; Orientação sexual; Abuso sexual; IST’s. (D. – Professora)
Puberdade e transformações corporais; Gravidez precoce; Orientação sexual; Abuso sexual. (V.S. – Professora)

Pode-se observar que duas educadoras assinalaram todas as alternativas dos temas listados que podem ser trabalhados com os estudantes. Duas questões foram assinaladas por todos: Gravidez precoce e abuso sexual. A gravidez precoce se encaixa na ordem de saúde reprodutiva, controle da taxa de natalidade e de métodos contraceptivos. O abuso sexual, atividade sexual não desejada, onde o agressor usa a força, faz ameaças ou exclui vantagens da vítima, tornando-a incapaz de negar consentimento, em sua grande maioria, ocorrem com o sexo feminino, segundo dados de pesquisas. Pode-se associar isso ao machismo e a costumes patriarcais, onde a mulher, na maior parte das vezes, acaba sendo submissa ao homem.

As alternativas que foram listadas são apenas uma parte dos assuntos que abrangem sexualidade e relação de gênero, por isso foi aberto um tópico para que as educadoras pudessem citar outros temas que julgassem importantes, o que não ocorreu.

Como trabalhamos as questões de abuso sexual e gravidez precoce sem problematizar temas como machismo e submissão e métodos contraceptivos? Já temas como pornografia, masturbação, prostituição e as IST’S, são citados por duas educadoras, em determinados casos

por questões de constrangimento entre educador e estudante, talvez por serem assuntos mais sensíveis.

Sobre o tema pornografia, a abordagem poderia ser pelo contexto da própria escola, onde há a possibilidade de circulação de possíveis vídeos de estudantes em episódios de relação sexual, gerando sofrimento para o indivíduo exposto.

As crianças e adolescentes acabam passando por momentos da vida onde não enxergam as situações com pudor, correndo o risco de ocorrer episódios de masturbação em espaços públicos. O educador, ao se deparar com uma situação desta natureza, não deve reprimir, mas sim orientar o estudante a respeito da necessidade de que tal atitude seja realizada em sua privacidade.

Os professores reconhecem a importância da discussão das questões referentes à sexualidade com crianças e adolescentes, mas existem muitas dificuldades em abordar uma questão que é tabu, onde há ausência de políticas públicas efetivas que transitam na vida do indivíduo e que diga que o mesmo possui o direito ao desenvolvimento sexual, que possa proteger e definir limites “meu corpo, minhas regras”, potencializando o enfrentamento a partir da afirmação do direito em um sistema de proteção atuante.

Com um sistema de saúde primário operante, onde há um acolhimento para as eventuais dúvidas e casos de violência sexual, que desenvolva estratégias preventivas nos territórios, como exemplo visita às escolas e propor oficinas e discussões sobre temas relacionados à sexualidade, repensar o papel da escola, a instituição onde a criança ou adolescente está a maior parte do dia e por maior tempo pode desenvolver um trabalho sistematizado para que aprendam quem são eles, como esse corpo, como esse corpo se desenvolve, que partes do corpo são públicas e privadas, e o que eles podem permitir, dessa forma pensar estratégias como a importância da arte e cultura como ferramenta e metodologia de transformação, como uma forma de dialogar sobre direitos, como superar e se prevenir uma relação de violência ou abuso sexual.

Em sociedade e em grupo, a sexualidade não tem sido explorada e/ou dialogada de modo que as pessoas sejam educadas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é feio e pecaminoso, culminando, nesse sentido, em uma deseducação sexual, que pode ter diversas consequências, o que poderia ser evitado, como exemplo, simplificar para os estudantes como identificar casos de abuso sexual. O “não dialogar”, posiciona os adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos e emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante. (GONÇALVES, 2013 apud TRINDADE & BRUNS, 1999).

Louro, faz uma análise sucinta de como os jovens escapam do controle de qualquer discurso que pretende fixar saberes:

Se nosso papel como intelectuais é "modesto" (ainda que politicamente significativo) isso implica, também, admitir que não é possível prever e controlar todos os efeitos das práticas sociais. Participantes de uma dinâmica cultural própria, juvenil, e da dinâmica social e cultural mais ampla, alvo da atenção e dos apelos da mídia, das igrejas, das doutrinas jurídicas ou militares, etc , as crianças e jovens escapam, certamente, aos controles de qualquer discurso — escolar ou não — que se pretenda único ou homogeneizador. Os saberes que a escola pretende fixar ou os saberes que a escola pretende ocultar podem (e são) contestados, desafiados, confirmados e subvertidos. Dar-se conta desses múltiplos e, por vezes, divergentes espaços educativos, é fundamental (LOURO, 1997 p.137).

O psicanalista Christian Dunker e o educador Cláudio Thebas em “A revolução da escuta em tempos de ensurdecimento” propõem que, se você quer confiança, dê confiança; se você quer intimidade, ofereça intimidade. Para escutar é preciso entrar no mundo do outro como um antropólogo entra em outra cultura: leia, aprenda, prepare-se, depois dispa-se de seu etnocentrismo. Ainda aponta o ponto que os pais não ensinam seus filhos a escutar depois reclamam que eles não os escutam. Escutar é sinônimo de conversa longa, complexa, difícil e perigosa. Tudo de que fugimos e queremos que eles nos deixem em paz enquanto são pequenos, depois eles não brincam conosco de nossa principal brincadeira, que é a de escutarmos-nos uns aos outros. (DUNKER, 2019).

Em circunstâncias escutá-los olho no olho; valorizar suas hipóteses, incentivando-os a investigar, intuir, arriscar; jamais recriminá-los por sentir algo “ruim”, como inveja ou raiva. Podem ajudá-los a ampliar seu repertório de percepções de si para que, identificando com mais clareza o que sentem, eles consigam expressar melhor suas necessidades. Thebas ainda aponta que não fomos educados a escutar, e a escola pode ser um espaço para isso ocorrer.

Ajudá-las a escutar e nomear sentimentos sem culpa nem julgamentos, observar quais as melhores formas de expressar estes sentimentos e necessidades de uma forma saudável para todos, e para finalizar afirma que se investimos em uma educação para a escuta as relações se transformaram em todos os espaços. (THEBAS, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber que o assunto é raramente tratado nessas escolas, nas quais tal abordagem e se resume às aulas de Biologia, como por exemplo a anatomia do corpo humano ou assuntos relacionados à prevenção da AIDS. Não há dúvidas de que informações sobre a

prevenção desta e de outras doenças precisam, necessariamente, ser divulgadas e integrar as atividades educativas. No entanto, temos de prestar atenção se o cuidado com a manutenção da saúde não está sendo feito de modo a rodear o exercício da sexualidade de uma aura de perigo e de doença e quando surge alguma situação que necessite de intervenção. Foi observado que as temáticas são trabalhadas de forma vertical – ou seja, o professor monopoliza todo o discurso, não dando espaço para as dúvidas dos estudantes, que essa ainda é uma área onde todos/as se movimentam com extrema cautela e com muitos receios, onde a regra é buscar refúgio no "científico" ou seja, na parte biológica, evitando a contextualização social e cultural das questões. (LOURO, 1997).

Também foi indicado de como discutir sexualidade é um grande tabu na sociedade atual, mais incômodo quando se trata da sexualidade de crianças e adolescentes, projetos e iniciativas esbarram no conservadorismo das famílias, em questões da religião e valores, e de falta de políticas públicas que funcionem de fato, o que a torna os educadores e sociedade reféns das tecnologias políticas que investem sobre o corpo, a saúde, as maneiras de alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço e existência que também inclui a sexualidade, desta forma, funcionando como um mecanismo de repressão, como condenação ao desaparecimento, afirmação da inexistência, em constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver. (FOCAULT, 1985)

Muitos educadores e a sociedade acreditam que a escola é instrumento apenas para aulas de Matemática ou Gramática, declinando outros papéis que a escola tem competência para desenvolver na formação de cidadãos. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir". Se faz necessário que se invista na formação dos docentes para que os mesmos possam lidar de maneira coerente com as dúvidas e problemas que surgem durante o processo de ensino-aprendizagem.

Também devemos pensar como esses educadores passam por diversas situações desgastantes dentro das instituições, como a desvalorização da docência por parte do poder público - que pouco investe no campo educacional, e que acarreta em salas cheias, salários atrasados e materiais defasados, dos pais e dos próprios alunos, desta forma o caminho para exercer o papel de educador se torna uma luta diária.

A pesquisa contemplou seus objetivos de como tal fenômeno é abordado por uma parcela de educadores, considerando-se o conhecimento desses a respeito da abordagem de temas relacionados à questão de gênero e sexualidades na escola; de como essas escolas em questão tem desempenhado seu papel social na prevenção da ocorrência de situações ligadas à sexualidade ou ao gênero e que poderão trazer prejuízos aos alunos, em que medida a abordagem desses conceitos na escola pode influenciar no desenvolvimento infantil e colaborar com sua aprendizagem e inserção social, discutindo diversas hipóteses, problematizando a realidade e indicando alguns caminhos de como os educadores e sociedade podem estar abordando essas temáticas de forma emancipadora e que respeite o desenvolvimento integral do ser humano.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200014&lng=pt_BR&nrm=iso . Acesso em 11 de março de 2019.
- BRANDAO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. Não é competência do professor ser sexólogo: O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, abril 2018 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100100&lng=en&nrm=iso . Acesso em 29 de jun. de 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. vol. 49. Brasília: Ministério da Saúde; 2018 [citado 2019 maio 11]. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em 10 de jul. de 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação**. Brasília: MEC/SECAD, 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf>. Acesso em 12 de mar. de 2020.

- BRASIL. **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . Acesso em: 02 fev. 2020.
- BRASIL. Estimativa Populacional 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2015. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- BRASIL. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PAULO. **Localize uma Escola**. Disponível em http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=020&ID_MUN=189&ID_DIST=&NM_MUN=ASSIS&NM_DIST=&CD_ADM=1&Nova=1 . Acesso em 12 de mar. de 2020.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013366004>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.
- COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1995. v.1.
- DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200006&lng=en&nrm=iso . Acesso em 31 de janeiro de 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme: Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **HOLOS**, Ano 29, Vol. 5, 2013. Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- ORWELL, George. **1984**. Companhia das Letras; edição 1. Brasil, 2009.
- SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p.145-159, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/civitas/a/6zbzwndPNLRv4yBnf6bZ7d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves. Sexualidade e Educação: um diálogo necessário. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 218-238, jul-dez. 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/10965>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

VELOSO, Aline Mont'Alvão. 28/07/2019. Entrevista com Christian Dunker e Cláudio Thebas. A revolução da escuta em tempos de ensurdecimento. Huffpost Brasil. Disponível [online]: https://m-huffpostbrasil-com.cdn.ampproject.org/c/s/m.huffpostbrasil.com/amp/entry/escuta-poder_br_5d3b8de9e4b0c31569eaecbd/. Acesso em 19 de ago. de 2020.

TOLEDO, Luiz Fernando. **Maioria diz que gênero e sexualidade devem entrar no currículo escolar, diz pesquisa encomendada pelo MEC**. TV Globo. G1 educação. Publicado em 05/02/2019 08h07.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987
THEBAS, Cláudio. **A revolução da escuta em tempos de ensurdecimento**. Huffpost Brasil, Amanda Mont'Alvão Veloso, Comportamento. Publicado em 27/07/2019.